

Alfabetização e Letramento no Brasil: Algumas concepções sobre os métodos tradicionais e modernos em materiais didáticos

Literacy and Lettering in Brazil: Some conceptions about traditional and modern methods in teaching materials

Tatiane Graciele Caetano Campos
Elaine Maestre Polido de Araújo
Fátima Aparecida de Souza Francioli
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR
Paranavaí- Paraná

Resumo

O estudo analisa os métodos de alfabetização e letramento presentes na Pedagogia Tradicional, utilizando como fonte a cartilha *Caminho Suave* (2015), e na Pedagogia Moderna, abordando o livro didático *Ápis: Letramento e Alfabetização* (2014). Dessa forma, constitui-se como problema de pesquisa como os métodos de ensino para alfabetização e letramento estão empregados nesses materiais e qual modelo de homem e mulher pretendem formar para a sociedade contemporânea. Fundamentamos esta pesquisa na Pedagogia Histórico-Crítica, embasada em Saviani (1992), e em estudos sobre alfabetização e letramento, como os realizados por Soares (1998; 2013; 2020a; 2020b). Os resultados mostraram que em cada período histórico, homens e mulheres buscam métodos de ensino para formar indivíduos para o convívio social. Porém, percebemos que tanto os métodos tradicionais, quanto os métodos modernos, não contribuem para a emancipação humana frente à sociedade.

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento; Cartilha Caminho Suave; Livro Didático; Métodos de Ensino.

Abstract

The study analyzes the methods of Literacy and Literacy in Traditional Pedagogy, using the booklet *Caminho Suiave* (2015), and in the Modern Pedagogy, as source the textbook *Ápis: Literacy and Literacy* (2014). Thus, it is a research problem as the teaching methods for literacy and literacy are employed in these materials and which model of man and woman they intend to form for contemporary society. We base this research on Historical-Critical Pedagogy based on Saviani (1992) and on studies on literacy and literacy, such as those carried out by Soares (1998; 2013; 2020a, 2020b). The results showed that in each historical period, man and woman seeks teaching methods to form the individual for social interaction. However, we realize that both traditional and modern methods do not contribute to human emancipation from the society.

Keywords: Literacy and Literacy; Smooth Path Primer; Textbook; Teaching methods.

Introdução

Promover a alfabetização é um desafio constante para governantes e educadores, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Essa conjuntura tem desencadeado discussões sobre métodos mais apropriados e satisfatórios para a tarefa de alfabetizar.

O conceito de alfabetização tem se modificado ao longo do tempo, a fim de corresponder às necessidades de uma sociedade em constante transformação. A alfabetização, que por um longo período foi desenvolvida informalmente nos lares brasileiros, ou simplesmente não era ofertada a muitas crianças, institucionalizou-se, tornando-se um direito implícito de todo cidadão, atrelado à implantação da obrigatoriedade do acesso escolar estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (BRASIL, 1988; 1996). Tal aspecto fez com que a alfabetização passasse a ser considerada como uma obrigação essencial das escolas, visando atingir a universalização do letramento, com métodos facilitadores que pudessem alcançar a todos. “As práticas de leitura e escrita passaram, assim, a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, demandando para isso, a preparação de profissionais especializados” (MORTATTI, 2004, p. 2).

Nessa busca por aperfeiçoamento, muitos métodos e processos de alfabetização foram criados, modificados e adaptados para um melhor desenvolvimento do ensino.

Diante desse contexto, o presente estudo de cunho bibliográfico e documental, fundamenta-se em autores como Saviani (1992) e Soares (1998; 2013; 2020a; 2020b), visando abordar os métodos de alfabetização, contemplando, entre eles, o método sintético, analítico e misto e o processo de letramento. Essa abordagem está ancorada na cartilha *Caminho Suave* (2015) e no livro didático *Ápis: Letramento e Alfabetização* (2014), buscando compreender as mudanças didáticas que ocorreram ao longo desses processos. Para isso, tomamos como fundamento os princípios da Pedagogia Histórico-Críticaⁱ, procurando responder que tipo de cidadão o ensino por meio de cartilhas e livros didáticos pretende formar (SAVIANI, 1992).

Em se tratando de alfabetização, tomamos o conceito de método de ensino apresentado por Soares (2013, p. 93) como “[...] a soma de ações baseadas em um conjunto

de princípios e hipóteses psicológicas, linguísticas, pedagógicas que respondem a objetivos determinados”. Essas ações são organizadas a fim de garantir o êxito no objetivo final de ensinar a ler e a escrever. No entanto, a decodificação simples dos grafemas e a sua transformação em fonemas não necessariamente garantem que o aluno atinja uma aprendizagem significativa.

Nesse sentido, faz-se necessário identificar e estudar os métodos de ensino para a alfabetização que foram se moldando no decorrer do tempo, reconhecendo as mudanças ocorridas nesse processo e identificando que tipo de homem e mulher está sendo formado para a vida em sociedade por meio desses métodos. Pois, segundo Saviani (1992), é fundamental que haja uma aprendizagem significativa, por meio da socialização do saber sistematizado, a qual é capaz de produzir alterações no comportamento dos educandos, para que estes possam posicionar-se conscientemente em seu meio social.

Com esse propósito, o artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresentamos as concepções de alfabetização e letramento adotadas no Brasil. Em seguida, discutimos sobre os materiais didáticos de alfabetização, analisando a cartilha *Caminho Suave*, Edição Revisada (2015), de concepção tradicional, e o livro didático *Ápis: Letramento e Alfabetização* (2014), como proposta atual de alfabetização. Por fim, tecemos as considerações finais sobre o assunto.

As concepções de Alfabetização e Letramento no Brasil

No Brasil, o processo de alfabetização ainda desafia educadores e estudiosos devido a sua relevância para a formação de um cidadão pleno e autônomo, capaz de compreender e atuar na sociedade de forma consciente. Na busca desse objetivo, atualmente, a alfabetização tem sido defendida como uma prática de ensino significativa, indo além da mera decodificação de signos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário apresentarmos alguns conceitos de alfabetização e letramento na visão de diferentes autores que estudam o tema e, também, explorarmos os métodos de alfabetização adotados no Brasil.

Segundo Oliveira (2002, p. 25), "alfabetizar significa saber identificar sons e letras, ler o que está escrito, escrever o que foi lido ou falado e compreender o sentido do que foi lido e escrito". Soares (1998; 2013) compartilha dessa mesma compreensão, argumentando que a alfabetização se refere à capacidade do sujeito em transformar a língua oral em escrita,

apropriando-se do conjunto de técnicas, procedimentos e habilidades necessárias para essa prática. Nesse sentido, entende-se que alfabetizar é decodificar signos, porém, é necessário que, este, seja um processo significativo de aprendizagem, pois as informações recebidas devem ser assimiladas, interpretadas e utilizadas pelos indivíduos nas práticas sociais.

Assim, seguindo os preceitos da Pedagogia Histórico-Crítica, o ensino e a aprendizagem almejados desde os anos iniciais do ensino fundamental, período em que ocorre a alfabetização, devem formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, que saibam se posicionar, utilizando os conhecimentos adquiridos em prol de melhorias e mudanças para a sociedade em que estão inseridos (SAVIANI, 1992).

Para a Pedagogia Histórico-Crítica:

[...] só se aprende, de fato, quando se adquire um *habitus*, isto é, uma disposição permanente, ou dito de outra forma, quando o objeto de aprendizagem se converte nua espécie e segunda natureza. [...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não-material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários a formação da humanidade em um indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas, historicamente determinadas que se travam entre os homens. (SAVIANI, 1992, p. 29)

Desse modo, durante a alfabetização, é imprescindível que a criança adquira diversas habilidades associadas à decodificação das palavras, o que contribuirá para que ela adote a leitura e a escrita nas suas práticas sociais. O ato de alfabetizar precisa ir além de capacitar o indivíduo para a reprodução de palavras, frases e orações, seja por meio da leitura, como da escrita. Alfabetizar, inclui preparar o indivíduo para utilizar seus novos conhecimentos (escrita e leitura) em sua atuação no meio social em diversas situações, visando sua transformação como cidadão. Tal perspectiva provocou o surgimento do conceito de letramento.

Contudo, a ideia de letramento ainda é relativamente nova e, com isso, gera dúvidas e conflitos acerca de sua função e de como trabalhá-la no âmbito escolar. Silva e Azevedo (2018) destacam que o surgimento do termo letramento ocorreu na década de 1980, no livro de Mary Kato (1986) chamado *No Mundo da Escrita: uma perspectiva psicolinguística*. Na obra, a autora aborda diversos aspectos referentes à importância da escrita e as teorias de

aquisição da linguagem. A partir daí, originou-se o conceito de letramento, que foi se configurando e se firmando aos poucos nos estudos e trabalhos relativos ao ensino e aprendizado da língua portuguesa. Embora o letramento seja comumente comparado ou tido como sinônimo de alfabetização, visto que ambos se relacionam com o desenvolvimento da leitura e da escrita, esses dois termos possuem sentidos distintos.

No intuito de abranger essas diferenças, o conceito de alfabetização também foi se alterando no cenário brasileiro.

De acordo Frade (2007), o conceito atual de alfabetização vai muito além da mera decodificação das letras e dos números, pois não basta apenas saber escrever o nome, ler e escrever algumas palavras e ser capaz de realizar cálculos matemáticos simples. Isso pressupõe que devemos levar em conta o uso social da leitura e da escrita, visto que nos diferentes meios sociais elas são utilizadas de maneiras diferentes e se não dominarmos os seus usos, podem surgir barreiras que atrapalhem de forma considerável na realização de tarefas variadas e que prejudiquem a comunicação, conforme as diferentes demandas da vida em sociedade. Tais mudanças, referentes à conceituação de alfabetização, aproximam-se muito do conceito atual que temos de letramento e de suas práticas.

Para Kleiman (2014), a diferença existente entre alfabetização e letramento é de que a primeira visa desenvolver e destacar as competências individuais dos alunos nos momentos de uso da língua, enquanto que no letramento, enfatiza-se a utilização da língua nas suas práticas sociais, sendo muito mais abrangente e complexa. Nesse sentido, decifrar letras e palavras é muito pouco, pois o aluno deve “também participar ativamente dos benefícios envolvidos na cultura escrita para construir atitudes, representações e disposições necessárias para essa participação” (FRADE, 2007, p 75).

Em seus estudos, Soares (2013; 2020a; 2020b) reitera essa diferença entre alfabetizar e propiciar o letramento, reforçando que são dois processos cognitivos e linguísticos distintos, que acontecem simultaneamente. Nesse sentido, o segundo processo acompanha o primeiro, tendo em vista que a alfabetização é considerada pela autora como a aquisição da habilidade de ler e escrever, enquanto que o letramento supera essa habilidade, resultando no uso intencional e apropriado da leitura e da escrita nas mais diferentes práticas sociais.

É particularmente nesse aspecto do letramento que a maneira como se desenvolvem as práticas sociais de emprego da língua de forma concreta se moldam a fim de atender as necessidades dos indivíduos que as praticam. Por isso, justifica-se a ampla existência de diferentes práticas de letramento, constituídas por elementos próprios dos sujeitos que as realizam e o contexto sócio-histórico a que eles estão submetidos (VÓVIO, SOUZA, 2005).

Segundo a perspectiva atual, Kleiman (2014, p. 18 e 19) define letramento “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos para objetivos específicos”. A autora aponta as práticas sociais como determinantes ao uso da escrita, interligadas, e deixa claro que o letramento ultrapassa as práticas formais de escrita sistematizadas pelas instituições de ensino.

Nessa direção, Kleiman (2014) considera as práticas de letramento determinadas pelo contexto social em que ocorrem e entendem que o letramento não se restringe ao que é trabalhado na escola, mas se estende a outras fontes promotoras de conhecimento, como a família, o local de trabalho e a igreja.

Considerando a definição de letramento desses autores, vale ressaltar a relação do termo com as obras de Paulo Freire. Mesmo que ele não o tenha empregado em seus textos, podemos considerar que foi um inovador da alfabetização quando propôs em 1963, em Angicos, no Rio Grande do Norte um programa de alfabetização de 40 horas. Essa experiência foi um sucesso ao alfabetizar 300 pessoas em tão poucas horasⁱⁱ. Com forte conteúdo político-ideológico, a proposta de alfabetização se assemelhava ao que hoje denominamos de letramento.

A partir de palavras geradoras como TIJOLO, POVO, FARINHA, TERRA, ENXADA, ELEIÇÃO, etc, que tinham direta ligação com o trabalho e a vida cotidiana dos adultos analfabetos, elas se desdobravam em novas palavras e pequenas frases. No roteiro das 40 horas, a primeira aula era sobre cultura, em que se discutia com os alunos o conceito antropológico de cultura. De debate em debate os alunos entendiam que a cultura surgiu para atender as necessidades dos homens, pois havia a preocupação de formar sujeitos conscientes a partir do da discussão sobre política. Por exemplo, na palavra geradora SAPATO, se discutia o sapato como objeto de cultura e sua importância social “Todo este debate é altamente criticizador e motivador. O analfabeto apreende criticamente a

necessidade de aprender a ler e a escrever. Prepara-se para ser o agente deste aprendizado”. (FREIRE, 1967, p 110).

Esse método utilizado por Paulo Freire, considerado como um método ativo, dialogal objetivava vencer o desamor acrítico da falta de diálogo. Para isso, “os textos passavam a ser debatidos pelo grupo, discutindo-se a sua significação em face de nossa realidade” (Idem), bem como, instrumentalizando e conscientizando-os como sujeitos sociais.

Para Freire (1967, p. 103) “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. Por isso, podemos considerar que Freire, já na década de 1960, alfabetizava e letrava quando se preocupava em formar, nos sujeitos, atitudes que os fizessem atuar criticamente na sociedade em que estavam inseridos.

Ao levarmos em conta que o contexto social em que o sujeito está inserido e a sua experiência de vida são determinantes à maneira como ele utiliza-se da linguagem escrita, esse fato nos faz refletir acerca das oportunidades ofertadas a determinados grupos sociais e afloram “questões que dizem respeito ao modo como estão distribuídas as condições de usufruto e participação em situações mediadas pela escrita. Conduz a uma reflexão sobre os efeitos e os resultados dessa participação” (VÓVIO; SOUZA, 2005, p. 44).

Embora as práticas que envolvem e promovem o letramento perpassem o trabalho escolar, não se restringindo a ele, pelo contrário, estendendo-se para além dele, é de suma importância que elas sejam desenvolvidas nas escolas de forma significativa. Para tanto, essas atividades devem contribuir para a formação de alunos que saibam se portar diante das diversas manifestações de letramento que ocorrem na sociedade.

Em consonância com o exposto, Soares (2020, p. 27) destaca o letramento como:

Capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos - para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para dar apoio à memória etc. [...].

Desse modo, a criança adquire o domínio da leitura e da escrita envolvendo-se em práticas de letramento, ou seja, participando de atividades que envolvam a leitura e a escrita em seu contexto social, vivenciando a necessidade da aquisição desse sistema alfabético em seu cotidiano e não só no ambiente escolar.

Assim, a escola precisa desenvolver um trabalho pedagógico que promova atividades com diversas práticas discursivas, para que os alunos possam vivenciar experiências variadas da utilização da língua portuguesa.

Diante disso, é fundamental a oferta de práticas de letramento às crianças desde pequenas, partindo de um ambiente familiar que propicie vivenciar essas práticas e estimular o contato com a escrita e a leitura, favorecendo seu desenvolvimento e incentivando o gosto pela leitura (TERZI, 2014). Dessa forma, o trabalho pedagógico deve ser iniciado desde a pré-escola e percorrer toda a vida escolar do aluno, englobando e valorizando as diversas práticas de letramento, pois na escola há uma vasta diversidade de sujeitos oriundos de diferentes contextos sociais, os quais precisam ser preparados para atuarem de forma consciente e crítica nas relações sociais de uso da língua.

No que tange os métodos de alfabetização mais utilizados no Brasil, temos: o sintético, o analítico e o misto. Detalharemos, nos próximos tópicos do texto, sobre seu emprego prático nos dois materiais analisados.

A partir dessas considerações acerca da alfabetização e do letramento, realizaremos a análise da cartilha *Caminho Suave*, edição revisada (2015), e do livro didático *Ápis: Alfabetização e Letramento* (2014), destacando como estão elaboradas as atividades contidas nesses materiais e como elas direcionam o ensino e aprendizado dos alunos, bem como o trabalho do professor no processo de alfabetização e letramento.

A Alfabetização Tradicional: Cartilha Caminho Suave

No Brasil, ainda no século XIX, professores fluminenses e paulistas pensaram em um método que pudesse contribuir com o processo de alfabetização. Com isso, as primeiras cartilhas foram produzidas tendo como aporte o método sintético, conduzindo o aprendizado da parte para o todo, para, posteriormente, chegarem ao método analítico, ou seja, iniciando com uma palavra para depois dividi-la em partes. Em 1892, foi publicado o 1º Livro de leitura do autor Felisberto de Carvalho, abordando o processo de silabação. Em 1907, é lançada a cartilha *Analytica* de Arnaldo Barreto, marcando a ascensão do método analítico. Nas décadas seguintes, surgem as cartilhas *Sodré* (1940), de Benedita Stahl Sodré, e *Caminho Suave* (1948) de Branca Alves de Lima, tendo como proposta de ensino a

alfabetização pela imagem e a silabação dentro do método analítico-sintético (RANGEL, 2017).

Os textos trabalhados pelas cartilhas antigas eram de cunho religioso, como orações, no intuito de catequizar as crianças e ensinar valores cristãos. Ao longo do tempo, eles foram substituídos por textos não-religiosos, de cunho pedagógico. Contudo, os textos adotados passaram a tratar exclusivamente da tarefa de alfabetizar, sem preocupações com o conteúdo textual, centrando-se no ensino das famílias silábicas, que posteriormente conduziam às palavras e às imagens, compondo o processo de alfabetização e memorização. Desse modo, o conteúdo abordado apresentava uma linguagem que não era compatível com a realidade das pessoas, com construções do tipo: “Ivo viu a uva”, presente na cartilha *Caminho Suave* (CAGLIARI, 2007, p. 55), almejando somente a alfabetização mecânica.

Dessa forma, cabia ao professor executar as ações planejadas, produzidas a partir dos interesses do Estado e do desenvolvimento das indústrias. Era preciso progredir e crescer economicamente e as cartilhas vinham ao encontro desse ideário, por ser um método de fácil aprendizagem. A educação transformou-se em um instrumento de propagação das novas ideias políticas e econômicas do país, ganhando espaço nas instituições educacionais brasileiras por sua eficácia, mantendo-se atual até a contemporaneidade.

Em sua 132ª edição, a cartilha *Caminho Suave* (2015) continua com sua proposta de alfabetização pela imagem começando pelas vogais, formando encontros vocálicos e depois partindo para a silabação, unindo o processo analítico ao sintético. Porém, para atender a sociedade atual, ela foi renovada, ampliada e atualizada com o novo Acordo Ortográfico e será esta, o nosso objeto de discussão.

Sobre os métodos abordados pela cartilha *Caminho Suave*, é importante ressaltarmos que para Almeida (2008) o método sintético é considerado o mais antigo dentre os métodos de alfabetização. Para ele, esse método segue o percurso que vai das partes para o todo, isto é, primeiro a criança internaliza as unidades menores (fonemas ou letras), para depois gradativamente chegar às unidades maiores (sílabas e palavras). “Em outras palavras, primeiro se aprende o processo de codificação e decodificação para, em uma fase mais avançada, passar à compreensão da leitura e da escrita” (FONTES; BENEVIDES, 2012, p. 3).

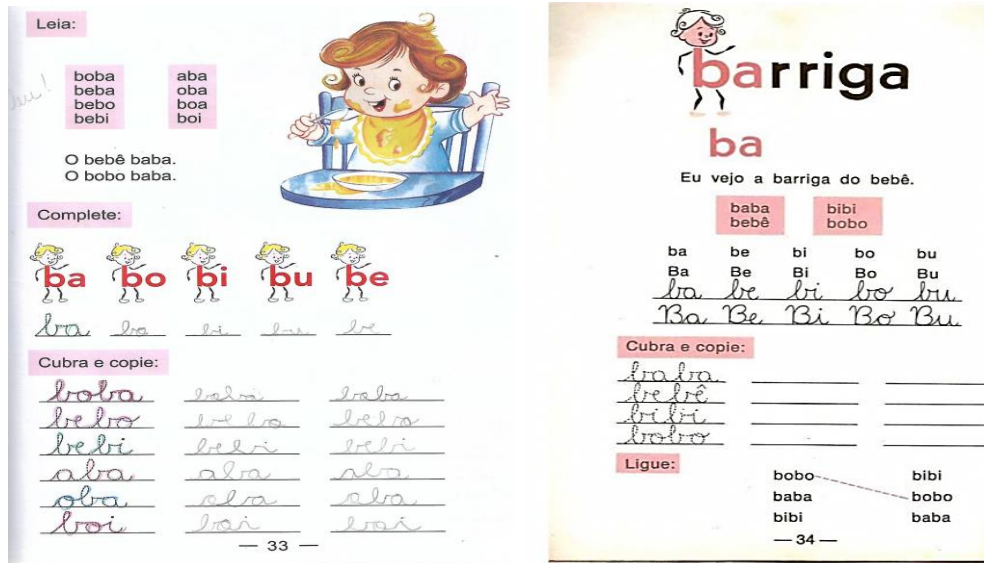
Já no método analítico, o ensino dava-se a partir do processo intuitivo, de uma unidade significativa, uma palavra geralmente acompanhada de imagem, para posteriormente ser dividida em parte e chegando ao todo de forma mais profunda.

De acordo com Fontes e Benevides (2012, p. 4) esse método “tem como ponto de partida unidades linguísticas maiores como palavras, frases ou pequenos textos para depois conduzir a análise das partes menores”. Consideramos que as partes menores se constituem de letras e sílabas. Ao visualizar o todo, o aluno terá a compreensão do seu significado, o que contribuirá para o processo de alfabetização, uma vez que, a leitura é um ato global e audiovisual e que também está dividida em três processos: palavração, sentencição e global.

Para Branca Alves, autora da cartilha *Caminho Suave*, “análise e síntese no plano mental são dois tempos do mesmo ato de pensamento”, por esse motivo defendeu o uso do método misto ou analítico-sintético, associado à imagem, pois para ela a aprendizagem deveria ser estimulante, com isso seu método ficou conhecido como método de alfabetização pela imagem, associando a imagem a palavras, sílabas e letras (LIMA, 1979, p.11).

Partindo do método apresentado na cartilha em discussão para alfabetizar, quando inicia-se a palavração, as palavras significativas são apresentadas em agrupamentos retiradas de um texto ou de uma história e os alunos aprendem a partir da visualização da palavra e da configuração gráfica. Por meio da sua percepção visual, o aluno relaciona a palavra com a imagem, elaborando uma análise dos dois elementos. Essa análise configura-se em um significado, associando a palavra à imagem, o que favorece a fixação da palavra na memória. Uma vez memorizada a palavra, o processo de leitura torna-se mais fácil.

É o que podemos observar na cartilha *Caminho Suave* (2015), como demonstrado na imagem a seguir, referente a uma lição acerca da família silábica da letra B, com exaustiva repetição dessas sílabas nas palavras apresentadas pelo material.



Fonte: Cartilha Caminho Suave, 2015.

Ao analisarmos o método proposto pela cartilha, observamos que este está pautado em uma concepção tradicional de ensino. A aprendizagem configura-se na memorização dos conteúdos apresentados, sem estabelecer uma relação com a realidade do aluno, desse modo, o conhecimento não tem significado prático, pois os conteúdos partem de frases e pequenos textos isolados, sem algum contexto estabelecido.

A imagem acima exemplifica bem o exposto, pois trata-se de um método misto de alfabetização pela imagem. Nesse sentido, depreendemos que o início da aprendizagem se faz pela apresentação de uma palavra-chave, acompanhada de uma imagem. Em seguida, a palavra é acompanhada de uma frase, que na sequência apresenta a família silábica da consoante B e desencadeia um agrupamento de palavras iniciadas com a do tradicional BA, BE, BI, BO, BU, com o intuito de promover a memorização da família silábica do B ao aluno.

Observamos o agrupamento de palavras na cartilha *Caminho Suave* (2015, p. 33):

BOBA	ABA
BEBA	OBA
BOBO	BOA
BEBI	BOI

Alfabetização e Letramento no Brasil: Algumas concepções sobre os métodos tradicionais e modernos em materiais didáticos

Percebemos que esse processo demonstra as etapas do método adotado pela cartilha, em que a aprendizagem parte do todo e divide-se nas partes menores, em um exercício repetitivo de memorização.

Desse modo, as palavras agrupadas acima reforçam a família silábica do B, induzindo a fixação e a memorização delas, mas não constituem um significado prático para o aluno. Ele lê, mas não consegue atribuir a esse conhecimento um significado.

As atividades consistem em fazer com que o aluno fixe a aprendizagem das letras por meio de exercícios que utilizam imagens como referências para as letras e palavras, de modo que a imagem auxilie o aluno na compreensão da letra, memorizando-as, porém, a cartilha utiliza palavras-chaves, textos e frases sem sentido prático, sem relação com o cotidiano do aluno, o que impossibilita uma aprendizagem significativa para o educando.

Partindo desse princípio, observamos que o método abordado, não leva em consideração se o aluno realmente aprendeu o conteúdo ensinado, ou seja, se ele realmente aprendeu e internalizou esse conhecimento, sendo capaz de realizar as atividades de maneira autônoma, sem precisar do auxílio de um modelo já pronto e determinado.

Entendemos que nesse processo o aluno não é levado a refletir e a raciocinar sobre as atividades propostas, o que levaria a desenvolver sua aprendizagem e sua capacidade de interagir com o conhecimento, ao contrário, basta seguir o modelo sem hesitar o comando dado no enunciado do exercício e copiar do jeito que está exposto e pronto, sua “aprendizagem” já está realizada e o conteúdo é “assimilado”.

Essa proposta de alfabetização perpetua a construção de um sujeito passivo frente às adversidades da vida, estabelecendo certo modo de pensar e agir, que, embora aparentemente restrito aos limites do espaço escolar, tendem a acompanhar esses sujeitos em outras esferas de sua vida pessoal e social, refletindo também na construção da sociedade que queremos.

Portanto, entendemos que esse sujeito se torna incapaz de refletir criticamente e de promover ações que possam transformar a realidade ao seu entorno, uma vez que sua formação escolar estabeleceu modelos a serem seguidos, sem ofertar a possibilidade de realizar questionamentos, contribuindo com a formação de um sujeito passivo frente a sua realidade.

Alfabetização Contemporânea- Livro didático Ápis: Letramento e Alfabetização

Ao longo desse processo dialético de transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade, os métodos apresentados pelas cartilhas começaram a fracassar frente às novas exigências educacionais, e, a partir da década de 1970, os livros didáticos começaram a ganhar espaço no processo de ensino e aprendizagem, assumindo uma nova posição sobre o método a ser ensinado, consolidando-se a partir da década de 1990 com a reestruturação da educação no Brasil (CEZAR; CALSA; ROMUALDO, 2009).

As primeiras ideias sobre o livro didático surgiram em 1929, com a criação do INL – Instituto Nacional do Livro, esse instituto foi criado para legitimar o livro didático nacional e auxiliar na sua produção. Porém, muitas foram as experiências realizadas por vários governos, durante 67 anos (1929 a 1996), para que o livro didático chegasse às salas de aula. Somente com a extinção da FAE – Fundação de Assistência ao Estudante, em 1997, e com a transferência integral da política de execução do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, para o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, é que se iniciou uma produção e distribuição contínua e massiva de livros didáticos às escolas públicas no Brasil.

Atualmente, além do PNLD, o governo federal tem dois outros programas sobre o livro didático: o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), criado em 2004 e o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), criado em 2007. Somados a eles, há o Programa Nacional do Livro Didático em Braille, para alunos com deficiência visual e, em 2007, escolas com alunos surdos matriculados no ensino fundamental e ensino médio receberam dicionários trilingües (português, inglês e libras). Ademais, estudantes do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental, receberam cartilhas e livros de língua portuguesa em libras e em CD-Rom (FREITAS, 1997).

Bandeira e Velozo (2019) explicam que além do livro didático ser uma ferramenta de apoio ao trabalho do professor, ele se constitui como um artefato cultural, tendo em vista que está permeado pela cultura e pelos valores dominantes na sociedade. Com isso, o livro didático pode reafirmar discriminações e preconceitos difundidos no meio social, oriundos de representações da cultura de grupos dominantes perante a outros grupos culturais.

Alfabetização e Letramento no Brasil: Algumas concepções sobre os métodos tradicionais e modernos em materiais didáticos

Em meio a essa perspectiva, cabe ao professor utilizar-se desse material com cautela e comprometimento, analisando se os conteúdos e as atividades apresentadas são condizentes aos valores que se pretende passar, a fim de propiciar uma prática pedagógica vinculada aos princípios de uma formação crítica e que se opõe às desigualdades socioculturais.

No entanto, com o passar dos anos, o livro didático deixou de ser um mero suporte ao trabalho pedagógico, ampliando o seu papel em sala de aula. Passou a nortear toda a prática docente, caracterizando-se, por muitas vezes, como único referencial de conhecimento. Vários professores acabaram submissos a ele, pois não precisavam mais ter pleno domínio dos conteúdos abordados e passaram a reproduzir aquilo que o livro tratava. Fato que persiste até os dias atuais, contribuindo para a desvalorização do papel do professor e propagando formas de discriminação sociocultural, pois, de acordo com Bandeira e Velozo (2019, p. 1023), o livro didático caracteriza-se como “[...] um instrumento que pode negligenciar ou dar visibilidade para a questões sociais”.

Diante do exposto, tomaremos como objeto de análise para essa discussão, o livro didático intitulado *Ápis: Alfabetização e Letramento* (2014) da editora Ática, direcionado aos alunos do 1º ano do ensino fundamental, adotado por várias escolas públicas na atualidade.

O livro didático inicia a alfabetização pela escrita do nome do aluno, esse processo já traz um significado importante para a aprendizagem, pois ao reconhecer e aprender a escrita do seu próprio nome o aluno está inserido no processo de alfabetização e pode se ver como parte desse processo.

Em seguida, o livro apresenta o alfabeto e cada letra vem acompanhada de uma imagem relacionada ao cotidiano do aluno, desenhos e figuras que pertencem a sua realidade.

É importante destacarmos, que ao apresentar as letras do alfabeto, o livro faz uso de uma diversidade textual, possibilitando ao aluno conhecer diferentes gêneros linguísticos, relacionados ao universo infantil, o que estimula o seu interesse em buscar o conhecimento.

No que tange às atividades propostas, percebemos que elas apresentam interpretações de textos e pequenas produções com o auxílio do professor, o que possibilita o desenvolvimento do pensamento e do raciocínio. As atividades estão sempre

ancoradas no texto e constituem um movimento que vai do todo para as partes e retorna ao todo. Na imagem abaixo, podemos observar o encaminhamento das atividades.

Imagem 2: Páginas 85 e 86 do livro didático *Ápis: Letramento e Alfabetização* (2014)



Fonte: *Ápis: Letramento e Alfabetização*, 2014.

Observamos que ao apresentar a consoante B, o livro traz uma palavra-chave que corresponde ao nome de uma pessoa, BEATRIZ, podendo coincidir com o nome de uma aluna da sala, ou de alguma pessoa conhecida pelos educandos, trazendo um significado para a aprendizagem. Em seguida, faz um breve relato sobre a preferência da menina para o gênero textual história em quadrinhos e apresenta a história de BIDU, personagem da Turma da Mônica, pelo qual, em geral, as crianças têm grande apreço, fato que estimula o interesse dos alunos pelo conteúdo e contribui para o processo de alfabetização.

As atividades propostas são relacionadas ao texto e levam o aluno a pensar e a estabelecer uma relação entre a imagem e a palavra, substituindo uma pela outra, além de apresentar as várias grafias da letra B, ou seja, imprensa maiúscula, minúscula, cursiva e estilizada, propiciando ao aluno conhecer a letra B nas diferentes formas de caligrafia e assimilando o aprendizado.

Nesse processo de alfabetização, percebemos que o papel do professor fica em segundo plano, subordinado ao livro didático, uma vez que o aluno é o condutor e o responsável pela sua aprendizagem. Ao seguir o encaminhamento didático sugerido pelo livro, o estudante vai construindo seu conhecimento e emitindo sua própria opinião sobre

Alfabetização e Letramento no Brasil: Algumas concepções sobre os métodos tradicionais e modernos em materiais didáticos

os conteúdos propostos. Ao professor cabe a tarefa de auxiliar, mediar esse processo para que o aluno atinja o conhecimento esperado.

Analisando o livro didático, é possível identificar que este, está pautado na Pedagogia do Aprender a Aprender em consonância com a BNCC – Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e consubstanciada no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, divulgada por meio do livro *Educação: um tesouro a descobrir* (2001), presidida pelo francês Jacques Delors.

Alinhado ao ideário das pedagogias do Aprender a Aprender que embasam a BNCC, o encaminhamento pedagógico proposto pelo livro didático *Ápis: Letramento e Alfabetização* (2014) busca desenvolver no educando determinadas competências e habilidades, propagadas no Brasil, sobretudo, pelas orientações dos organismos internacionais reguladores da educação global, como a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o Banco Mundial, os quais visam atender as exigências do mercado capitalista e os interesses das classes dominantes. Tais direcionamentos resultam em um aprendizado minimalista, amparado em conhecimentos utilitários e ausente de aprofundamento científico e estímulo à uma formação crítica (LIBÂNEO, 2012).

Nessa perspectiva, o professor deixa de ser o transmissor dos conhecimentos acumulados pela humanidade para ser um mediador, um facilitador do conhecimento, enquanto o aluno ganha destaque no centro do processo de aprendizagem sendo o responsável pelo seu desenvolvimento.

Destarte, a educação deixa de cumprir seu papel social como formadora de um cidadão crítico capaz de compreender e transformar o “mundo” a sua volta e passa a reproduzir e a manter uma sociedade capitalista e desigual, utilizando-se do livro didático como artefato cultural produzido para esse fim.

Nesse contexto, “a função da educação configura-se na reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social” (SAVIANI, 1992, p. 31). O autor ainda se refere a Louis Althusser (1985) para explicar a escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado, na qual ela reproduz as relações de produção capitalista, transmitindo o saber dominante para as crianças de todas as classes sociais, as quais adquirem rumos diversificados no mercado de trabalho e uma

pequena parte atinge o topo da pirâmide escolar. Nesse sentido, a educação marginaliza a classe trabalhadora, a partir do momento em que defende os interesses da burguesia em detrimento dos interesses do trabalhador.

Para Saviani (1992):

[...] a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. [...] de se compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica (SAVIANI, 1992, p. 80).

Dessa forma, pautada em uma concepção histórico-crítica de educação, a escola deve ser compreendida como instrumento de transformação da sociedade, a fim de que possam ser superadas as condições de desigualdades socioeducacionais, o que não é proposto pelo livro didático analisado. Sua abordagem aos conteúdos educacionais asseguram a hegemonia já existente.

Considerações finais

Ao realizarmos a pesquisa, pudemos observar que os métodos tradicionais de ensino foram utilizados por muito tempo, atuando como protagonistas da alfabetização e que ainda hoje algumas de suas técnicas são utilizadas em sala de aula. Em cada período histórico, homem e mulher buscam métodos de ensino para formar o indivíduo para o convívio social. O uso da repetição e da memorização por meio das cartilhas era eficiente para o contexto vivido, no entanto, com as transformações no cenário político, social e econômico no país, novas práticas alfabetizadoras foram necessárias, surgindo, assim, novos modelos para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, entre eles, voltados à alfabetização e ao letramento.

Contudo, o que ainda percebemos, é que apesar de serem considerados “ultrapassados”, esses procedimentos tradicionais (o método analítico e sintético) ainda atuam fortemente dentro das escolas, principalmente o processo silábico, uma ramificação do método sintético, que consiste na associação das letras a um objeto ou animal, como (“E” de Elefante), que é bastante utilizado pelos professores de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Alfabetização e Letramento no Brasil: Algumas concepções sobre os métodos tradicionais e modernos em materiais didáticos

Do mesmo modo, os livros didáticos, tal como estão estruturados, enraizados em correntes políticas e ideológicas, constituem-se como artefatos culturais que atendem ao interesse do Estado e não contribuem para a promoção de uma educação transformadora e emancipadora, capaz de formar cidadãos críticos e autônomos, verdadeiros agentes de transformação social.

Portanto, é preciso que o processo de alfabetização e letramento, bem como preconizou Magda Soares (1998; 2013; 2020a, 2020b), aconteça simultaneamente levando em consideração o contexto social da criança, para que possa desenvolver as habilidades de pensar, agir, refletir, se posicionar e aprender a ser o sujeito ativo que constrói suas próprias concepções sobre o mundo. Portanto, não é por meio de cartilhas e livros didáticos que as crianças irão aprender de maneira crítica e, tampouco, com métodos de ensino mecanizados e fragmentados, tendo conhecimento de partes do processo sem compreender o todo.

Acreditamos que para garantir o sucesso desses processos, faz-se necessário envolver a cultura letrada, ou seja, a alfabetização e o letramento devem ocorrer associados ao cotidiano da criança, para que ela possa compreender o significado e a importância de aprender a ler e a escrever, de modo a assegurar com criticidade o seu papel na sociedade.

Soares (2020b, p. 29) preconiza a relevância do contexto sociocultural no aprendizado da criança ao enfatizar que “os eventos sociais e culturais que envolvem a escrita, objeto que implica conhecimento, habilidades e atitudes específicos que promovam inserção adequada nesses eventos, isto é, em diferentes situações e contexto [...]”.

Sendo assim, o processo de alfabetização extrapola os muros da escola e os métodos por ele impostos, para ganhar a amplitude do contexto social e suas múltiplas possibilidades, propiciando uma aprendizagem significativa na perspectiva do letramento.

Pensar na alfabetização a partir da perspectiva do letramento, é pensar em alfabetizar sob a ótica social sem esquecer que as normas e as regras da norma culta também precisam ser ensinadas na escola, tornando o cidadão capaz de compreender o mundo e de comunicar-se com ele adequadamente nas mais variadas situações.

Referências

ALMEIDA, Mariana Aparecida Paes. Métodos alfabetizadores: reflexões acerca da prática pedagógica de uma professora de 1ª série do ensino fundamental. Educere. **Anais do II Congresso Nacional de Educação**. Curitiba, p. 4222-4244, 2008. Disponível em: <

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/344_948.pdf >. Acesso em: 05 dezembro de 2020.

BANDEIRA, Andreia; VELOZO, Emerson Luís. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no ensino de Ciências. **Ciência & Educação**. Bauru, SP, v. 25, n. 4, p. 1019-1033, out./dez. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=251062733011>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização – o duelo dos métodos. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; CALSA, Geiva Carolina; ROMUALDO, Edson Carlos. Livro didático: seu papel nas aulas de acentuação gráfica. **Educar em revista**, Curitiba, n. 34, p. 215-230, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n34/13.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DELORS, Jacques. **Educação: Um tesouro a descobrir**. 5. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2001.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Alfabetização na escola de nove anos: desafios e rumos. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

FREITAS, Bárbara *et al.* **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1517-97022012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 ago. 2020.

Alfabetização e Letramento no Brasil: Algumas concepções sobre os métodos tradicionais e modernos em materiais didáticos

LIMA, Branca Alves de. **Cartilha Caminho Suave**. 132 ed. Renov. e ampl. São Paulo: Caminho Suave Edições, 2015.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos Métodos de Alfabetização no Brasil. 2006. In: **Seminário Alfabetização e Letramento em debate**. Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Brasília, p. 1-6, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. Coleção docência em formação. São Paulo: Cortez, 2002.

RANGEL, Franciele de Azevedo; SOUZA, Emmily Cristina Firmino de; SILVA, Ana Carla de Azevedo. Métodos tradicionais de alfabetização no Brasil: processo sintético e processo analítico. **Revista Includere**. Rio Grande do Norte, v. 3, n. 1, p. 497-504, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includereISSN2359-5566>. Acesso em: 15 set. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1992.

SILVA, Marcos Antônio Batista da. AZEVEDO, Cleomar. **Desigualdades Educacionais e Letramento**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 44, p. 1-19, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201844171299>. Acesso em: 30 out. 2020.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Alfabetização e Letramento**. 5. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Alfabetização: a Questão dos Métodos**. 1.ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020a.

_____. **Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever**. 1.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020b.

TERZI, Sylvia Bueno. A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados. In: KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

TRINCONI, Ana; BERTIN, Terezinha; MARCHEZI, Vera. **Ápis: Letramento e Alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.

VÓVIO, Cláudia Lemos. SOUZA, Ana Lúcia Silva. Desafios metodológicos em pesquisas sobre letramento. In: KLEIMAN, Angela. MATENCIO, Maria de Lourdes (org.). **Letramento e**

formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber.
Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

Notas

ⁱ O termo pedagogia histórico-crítica foi cunhado por Demerval Saviani em 1978 na tentativa de uma perspectiva pedagógica que superasse os limites apresentados pelas teorias crítico-reprodutivistas. Ela se diferencia uma vez que procura articular um tipo de orientação pedagógica que seja crítica sem ser reprodutivista, assumindo um compromisso explícito com a transformação da sociedade e com a luta socialista (SAVIANI, 1992).

ⁱⁱ Angicos/RN – Experiência relatada na obra de Freire (1967) – “Educação como prática da liberdade”.

Sobre as autoras

Tatiane Graciele Caetano Campos

Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (2004). Pós- Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário de Maringá- CESUMAR. Atualmente é acadêmica do Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campus de Paranavaí- Pr.

E-mail: tatiane3ocamp@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3995799613408289>

Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0002-5237-9273>

Elaine Maestre Polido de Araújo

Graduada em Letras - Português e Inglês pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2005) e em Pedagogia pela Faculdade São Braz (2014), possui especialização em Educação Infantil pela Faculdade São Braz(2013). Mestre em Ensino pelo programa PPIFOR, da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campus de Paranavaí. Atua desde 2014 no Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí, como técnica administrativa em educação. E-mail: elainepolido@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0647240919855086>

Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0002-8574-2470>

Fátima Aparecida de Souza Francioli

Graduação em Pedagogia com Supervisão Escolar pela Universidade do Oeste Paulista (1996), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2005) e doutora em Educação Escolar pela UNESP - Campus de Araraquara/SP (2012). Desde 2006 é docente da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campus de Paranavaí, no curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, nível Mestrado Acadêmico em Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR, pela Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí- P E-mail: fas.francioli@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6706709290587169>

Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0001-8373-7056r>.

Recebido em: 12/11/2020

Aceito para publicação em: 25/12/2020